

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE THEODOR MOMMSEN E O IMPÉRIO ROMANO

João RIBEIRO JÚNIOR

A sensibilidade política do século XVII era traduzida pela visão que se tinha do Império Romano, que se apresentava ao olhos dos políticos e intelectuais, como o mais alto modelo para os príncipes absolutos, e sua história como claro espelho para prevenir os múltiplos azares da política. Como não podia deixar de acontecer, esta opinião estimulou o conhecimento e guiou a preferência dos estudiosos.

Já em fins do século XVII. Le Nain de Tillemont (1637-1698), aluno dos solitários de Port Roval, se ocupou, detalhadamente, do Império Romano. Ajustado aos princípios metodológicos dos beneditinos de São Mauro, intentou um severo cotejo de todas as fontes literárias e escreveu sua **Histoire des empereurs et des autres princes, qui ont régné durant les six premiers siècles de l'Eglise** (1691-1738), completada, posteriormente, com sua **Mémoires pour servir à l'histoire ecclésiastique des six premiers siècles** (1693-1712).

Com os mesmos materiais, ainda que com orientação diversa, estudaram a história do Império Romano, Montesquieu e Gibbon; o primeiro intentou uma vasta e profunda análise de sua estrutura política e espiritual nas **Considerations sur les Causes de la Grandeur et de la Decadence des Romains**, aparecido em 1734; o segundo publicou trinta anos depois seu **Decline and Fall of the Roman Empire**, através de cujas páginas procurou explicar, à luz das concepções iluministas, o processo de transformação e duração do Império.

Este interesse, que moviam as inquietudes políticas próprias da época, não pôde deixar de sofrer um eclipse quando a Revolução

Francesa suscitou outros ideais políticos. Transitoriamente, as preferências se orientaram, então, para a República, e a obra de Reinhold Niebuhr, que começou a aparecer em 1811, dando um tratamento religioso à História, constituiu o melhor estímulo deste novo interesse.

O tema do Império Romano devia desaparecer prontamente. Só em parte tinha razão Ortega y Gasset quando dizia que "o século XIX só podia entender a Roma Republicana". Se a afirmação é exata, enquanto revela certa predileção do espírito europeu pelos ideais da república, não o é, enquanto esquece a presença, desde os princípios do século, de uma concepção cesarista chamada a ter vasta transcendência.

Napoleão Bonaparte imprimiu seu selo pessoal, e o seu apogeu foi então efêmero; a idéia ressurgiu na Alemanha encarnada, sobretudo, na política dos Hohenzollern. O Cesarismo foi tema predileto da escola prussiana, e o filólogo e historiador Johann Gustav Droysen (1808-1884) o desenvolveu através da figura de Alexandre Magno. (**História de Alexandre o Grande, e As Colônias de Alexandre e seus Sucessores**). Essa influência, mesclada com muitas outras, conduziu, indiretamente, a Theodor Mommsen, que intentou um plano rigoroso do problema da evolução da República Romana, em sua marcha até o Cesarismo.

Mais tarde, e através de estudos mais especializados, Mommsen esboçou um quadro geral do Império sob o título **As Províncias desde César até Diocleciano** (trad. castelhana, **El Mundo dos Césares**, México: Fondo de Cultura Econômica, 1946), onde resume um vasto saber ordenado segundo uma perspectiva nova e promissora.

O historiador alemão Theodor Mommsen nasceu em 1817, em Gardine, uma aldeia do Schleswig, então dinamarquesa e morreu em Charlottenburg, em 1903. Foi professor em Berlim de Filologia clássica e História Romana. Em 1902 recebeu o Prêmio Nobel de Literatura, junto com o poeta francês Sully Prudhomme. Sua obra é imensa, destacando-se além da **História Romana** (*Römische Geschichte*), os 50 volumes do **Corpus Inscriptionum Latinarum**, com mais de 200.000 inscrições romanas.

Mommsen dedicou-se aos estudos jurídicos, encaminhando-se pouco a pouco para a história do Direito Romano. Uma viagem à Itália orientou decididamente a sua vocação para os estudos históricos. Em

1844, apareceu o seu primeiro trabalho importante sobre as tribos romanas (**Die Römischen Tribus in Administrativer Beziehung**), e, no ano seguinte, publicou os **Estudos Oscos** (*Oskische Studien*). Seguiram-se outros estudos dedicados à questões paleográficas e lingüísticas.

Mommsen foi professor de Direito Romano na Universidade de Leipzig, e participou ativamente na vida política. Liberal convicto, suas opiniões e militância lhe valeram a perda de sua cátedra, em 1858, e, então, ele se mudou para Zurique, donde passou mais tarde a Breslau. As múltiplas experiências e o vasto saber acumulado proporcionaram-lhe uma mescla curiosa de maturidade científica e de entusiasmo polêmico, que iriam caracterizar sua **História Romana** (trad. espanhola 6ª ed. Madrid: Aguilar, 1965, 2 tomos).

Quando voltou à Alemanha em 1854, começou a publicar sua obra, o último de cujos três tomos apareceu em 1856. Dois anos mais tarde, incorpora-se Mommsen à Universidade de Berlim, e ali recomeça seu infatigável trabalho de investigação que só iria interromper com sua morte em 1903.

As convulsões que a Europa sofrera desde 1848, deixaram no espírito de Mommsen uma marca indelével. Se sua **História Romana** constituía para muitos uma revelação, foi principalmente porque a realidade social aparecia nela plena de vivacidade, livre das convenções com que a tradição a havia desfigurada. Sem dúvida, Niebuhr havia aberto o caminho com suas urgentes investigações, mas ficava por construir a imagem verdadeira que deveria substituir a que Niebuhr destruíra; e se Mommsen chegou a esboçá-la, não foi somente porque pode valer-se de novos materiais, sendo, também, porque sabia, à luz de novas experiências humanas, descobrir novos valores atrás dos mesmos fatos.

O senadores, *équites*, proletários das cidades, camponeses, todos os que formavam o complexo da sociedade romana adquiriram na história de Mommsen nova fisionomia, menos majestosa, sem dúvida, mas mais humana e mais veraz. E nos bastidores da retórica, viu Mommsen a densa trama das lutas sociais e econômicas, o violento entrecocar das paixões, os contrastes entre as misérias e as grandezas dos homens. Ao se ler a **História Romana** tem-se a sensação que não falta nada. É uma história de Roma completa.

Foi dito que a obra de Mommsen - obra de juventude e maturidade intelectual a um tempo - pertence a esse gênero que se convencionou chamar de "historiografia de partido" (obra engajada). Seja como for, Mommsen procurou alcançar uma certa objetividade. Ele era antiromântico e se propôs desnudar a história romana dos preconceitos, que a envolviam e a arrancavam da tradição literária latina. Nascida das classes ilustradas e poderosas, essa tradição era tradição de classe. Os complexos problemas sociais que se entevia sob os fenômenos políticos, não podiam ser estudados senão ligeiramente nessas fontes; e resultou que sua objetividade não se referia somente à análise dos testemunhos, senão também à interpretação dos fatos. Assim, Mommsen decidiu buscar seus dados onde pudesse encontrá-los livres de toda intenção pré-concebida.

Mommsen havia começado a reunir inscrições latinas, e logo se convenceu definitivamente de que essa era a fonte primordial que necessitava, e usando dela com prudência e sagacidade, mediante um esforço que revela igualmente a paciência e o gênio do pesquisador, conseguiu esboçar um panorama claro e coerente do que se escondia nos bastidores da história política: a evolução da economia, os choques de interesses e, sobretudo, a transformação e diversificação dos elementos sociais com seu inevitável corolário de comoções internas.

Deste novo ponto de vista saía rejuvenescida a história romana, que viu abrir-se ante si um vasto campo de trabalho, no qual laboraram logo muitas gerações de estudiosos.

Mommsen obteve bons frutos do método epigráfico, que sabia combinar sabiamente com os outros já em uso. Era um conhecedor consumado das fontes literárias e jurídicas, e um especialista nos problemas filológicos; mas, sem dúvida, pôde chegar mais longe com os novos recursos que proporcionaram-lhe as inscrições (espalhadas pelo mundo conhecido dos romanos), sobretudo no que diz respeito aos problemas referentes à época imperial, que se iluminou com uma nova luz. Com efeito, através dos historiadores latinos, o Império aparecia como um mero contorno da cidade conquistadora, Mommsen, porém, ensinou a concebê-lo com uma totalidade com sentido próprio, uma totalidade na qual a antiga metrópole não constituía senão um simples elemento, quase uma supervivência. Talvez seja este o mais importante serviço que prestou aos estudos clássicos o seu magistral livro sobre as províncias desde César até Diocleciano.

A força moral, o vigor do relato e outras muitas virtudes do homem e do literato haviam prestado ao historiador romano Tácito uma categoria como fonte histórica superior a que merecia com justiça. Sem negar nenhum de seus méritos, Mommsen deixou estabelecida a equivocada limitação de seu enfoque: o Império não era a cidade de Roma, nem era somente a política dirigida a partir de Roma; era necessário, a seus olhos, deixar de lado a história palaciana, cortesã e buscar, ao contrário, com infatigável perseverância, novos dados para reconstruir a história das províncias, cuja fisionomia se estruturava então.

O panorama mudou totalmente. Se durante a era imperial a capital pôde envilecer se, as províncias alcançaram um alto nível de desenvolvimento muito superior ao da época republicana. A Europa modificava-se. Só alguns poucos espíritos clarividentes, como Scipião, o Africano, Caio Graco, Quinto Sertório, Júlio César, haviam compreendido durante a República que era preciso lograr essa transformação, essa dignificação do território conquistado. Este desígnio foi de Otávio Augusto, que pretendeu realizar o principado; desígnio que levou ao lado de uma intensa campanha a favor, primeiro da latinização e, depois da helenização do Império.

Mommsen crê ver uma unidade política e espiritual no Império, como virtualidade, depois como desígnio, e finalmente como realidade. Se originalmente era somente uma unidade de fato, resultado da conquista, o programa, a missão e o triunfo do principado foi transformá-la em unidade profunda e íntima. Mommsen, entretanto, assinala que se opunha a essa tarefa unificadora, no espiritual, uma radical dualidade, cujos núcleos estavam constituídos por elementos latinos e gregos. Sucessivamente, o principado quis fazer de cada um de seus elementos, o denominador comum de toda a vasta extensão, que dominava politicamente.

Augusto e os príncipes da dinastia Júlio-Cláudia foram os propulsores da latinização, e essa política é a que se adivinha através da intencionada narração de Tito Livio, e da alta poesia virgiliana. Mas, a partir do século II, os Antoninos adotaram um ponto de vista distinto: o instrumento apropriado para a unificação é o helenismo, e toda a força do Estado se volta para essa nova política.

Os príncipes tornaram-se filósofos e juristas, alguns dos quais pareciam desejar, enquanto enfrentava ao inimigo bárbaro, a troca

do *paludamentum* (trajo militar), pelo manto do sábio. É sabido como esta tendência à helenização conduziu, mais tarde, ao predomínio dos elementos orientais.

A política helenizante não parecia querer envolver o Ocidente latino. Eventualmente, se produzira ali a helenização pela mera força das coisas, mas o Estado romano trabalhou pela defesa das velhas tradições; tal foi o sentido da sustentável resistência à entrada dos cultos estrangeiros na Itália.

Mommsen assinala que os cultos egípcios e judeus mereciam a mais decidida proteção do Estado romano em seus respectivos países, mas, ao contrário, havia severas restrições para sua difusão no Ocidente. Esforço estéril. Isis e Jeová encontraram adoradores em todas as partes do Império até as Colunas de Hércules, porque a onda mística, que vinha do Oriente, movia os espíritos em busca de religiões de salvação, e aqueles deuses prometiam o que não podiam dar as divindades marmóreas do culto Estado romano.

Com mais vigor ainda, defendeu Roma, em todas as partes, o culto imperial, pedra angular da unidade política. Se Augusto não vacilou em ordenar que se sacrificasse a Jeová em favor do imperador no Templo de Jerusalém, com mais energia exigiu que se cumprissem os cultos oficiais estabelecidos, segundo a tradição romana. A rigor era o Estado o que se deificava, mas, à medida que a tradição latina palidecia e tornavam a predominar os princípios helênicos, e ainda orientais, a deificação alcançava cada vez mais a pessoa mesma do Imperador. Chegando-se, com a reorganização do poder por Diocleciano, a autocracia.

Neste ponto, se detém Mommsen em seu exame da era imperial. Coisa curiosa: Já antes Mommsen havia se detido também num momento crucial, quando cuidava por esboçar o destino da vasta criação política de Júlio César. E em ambos os casos foi a inquietude pelo problema do cesarismo o que determinou a delimitação do tema.

Com efeito, em seu exame da época republicana havia intentado Mommsen a mais audaz e decidida defesa de Júlio César frente à tradição senatorial. Era a linha do século XVII (como vimos, supra). Esta defesa levou alguns críticos (nas críticas circunstanciais da Alemanha de seu tempo), a supor que Mommsen defendia também a política do cesarismo em geral. Mas Mommsen havia declarado categoricamente qual era o seu

pensamento: "Assim considerada, diz ele, a história de César e do cesarismo romano constitui verdadeiramente, em que pese toda a grandeza mais superada de seu artífice e da necessidade histórica que informa sua obra, a crítica mais severa que a mão humana pode trazer dos tempos modernos".

Pouco mais adiante, previa Mommsen as conclusões a que chegaria em seu estudo sobre o Império. "O cesarismo destruiria o desenvolvimento livre da comunidade. Sem dúvida, logrou a unidade espiritual do Império ainda que em prejuízo do sua força interior. Mas deixou como seqüela certa tendência a autocracia, apenas contida pelo desenvolvimento do direito."

Com todos esses elementos, Mommsen construe as bases de uma visão moderna do Império dentro da qual pôde ordenar-se a ingente investigação, que seguiu seus passos.

Em suma, a **História de Roma** de Theodor Mommsen está atrasada em certos trechos, em razão de novas descobertas e interpretações, mas, seja como for, marca um tal avanço sobre seu tempo, que não se pode dispensar de consultá-la ainda.